



Programa União Europeia/Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) FLEGT (GCP/GLO/395/EC)



IDENTIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES DE APOIO À GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL COMO PARTE DO PLANO DE ACÇÃO FLEGT



Fortalecimento das capacidades dos principais intervenientes do mercado da madeira em Moçambique, em especial do sector privado, para a implementação do Plano de Acção FLEGT no país.

Com o apoio da União Europeia (UE) e a Organização de Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

O conteúdo deste documento é responsabilidade única da AMOMA e não reflexam, em nenhum caso, a opinião da UE ou a FAO.

IDENTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL COMO PARTE DO PLANO DE ACÇÃO FLEGT

O Programa FLEGT sobre “Aplicação da Legislação, Governação e Comércio Florestal” é a resposta da União Europeia ao problema de desmatamento ilegal e o comércio dos produtos madeireiros.

Em particular em Moçambique o Programa têm como objectivo o seguinte:

“Aumentar a consciência e fortalecer as capacidades dos intervenientes os atores do sector da madeira, especialmente do sector privado, na implementação do Plano de acção FLEGT e da gestão florestal sustentável em Moçambique”

E os seguintes resultados esperados

- Incrementada a consciência e o conhecimento da governança florestal sustentável e o Plano de Acção FLEGT de Moçambique.
- Fortalecidas as capacidades dos sócios da Associação Moçambicana de Operadores da Madeira (AMOMA) e o seu rol na gestão florestal sustentável.
- Melhorada a cooperação entre os principais intervenientes do mercado da madeira através de uma plataforma de parceiros que discutam sobre futuros projectos piloto

No âmbito de projecto foram organizadas 4 mesas redondas onde foram discutidos diferentes assuntos de interés para os intervenientes do sector florestal.

Os resultados das mesas redondas são parte dos resultados do projecto edo futuro do sector.

Data da mesa redonda	Titulo	Resultados
3 Março 2016	Acceso de Moçambique aos mercados europeos e o cumprimento das normativas FLEGT e ETUR: desafios e oportunidades	<ul style="list-style-type: none">- Buscar e sugerir as melhores formas junto ao Governo visando a promoção de Empresariado Nacional baseada na exploração sustentável de recursos florestais;- Fortalecer as bases da Associação e criar mecanismos para que todos os concessionários existentes no Pais se filiem á Amoma;- Análise de um Sistema Nacional de Certificação e a relação custo/benefício dessa certificação, sobretudo para o mercado local, e, antes rever as iniciativas existentes no passado por parte da UEM;- Avaliar a possibilidade de que o governo apoie o sector da madeira com ajudas ou linhas de financiamento aos concessionários para abraçar o

		<p>processo de certificação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Banimento de exportação de madeira serrada ou em Toros; - Revisão do Decreto 30/2012, de 1 de Agosto, ajustá-lo á realidade tendo em conta a sua precariedade; - Revisão do 76/11 de 30 de Dezembro sobre multas, por ser ineficaz e estimular a prática de ilicitudes; - Revisão do Decreto nº 293/2012, de 7 de Dezembro, o qual actualiza o valor das taxas de exploração Florestal; - Proposta de revisão imediata do diploma 142/2007 de 14 de Novembro sobre padronização de madeira; - Proposta ao Governo para a Amoma, participar de forma activa e interactiva na concepção e elaboração da Revisão da actual Lei de Florestas e o seu Regulamento (Lei nº 10/99 de de 7 de Julho e Dec.nº 12/2002, de 6 de Junho); - Propor a criação de equipas multidisciplinares para avaliar os titulares de madeira concentrada nos portos como ponto assente para aniquilar os autores morais de práticas ilícitas (furtivos); - Propor o agravamento das taxas de importação de madeira e seus derivados como ponto assente de atrair o investimento para a industrialização e o valor acrescentado o que vai impulsionar a criação de mais postos de emprego, valorização do metical face a outras moedas, aumento de arrecadação de receitas, redução de prática de acções criminosas e outros.
<p>15 Julho 2016</p>	<p>Que acções devem ser desenvolvidas para incluir à sociedade civil no comercio de madeira. Possíveis efeitos das modificações actuais na legislação florestal vigente e a sua aplicação para a sustentabilidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação das autorizações de exploração e do volume da madeira produzida - Equipo multisectorial (governo, sector privado e sociedade civil) para fiscalizar as capacidades das empresas autorizada - Verificação do volume de madeira produzida contra a madeira autorizada pelo governo

		<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de venda da madeira cortada ilegalmente em uma bolsa de valores publica
31 Agosto 2016	<p>Remoção de barreiras para garantir a competitividade e estimular a exportação de madeira processada de origem Moçambicana: Prós e Contras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nas condições do mercado actual, com as taxas e impostos actuais, muitas vezes duplicados, o sector não é rentável nem competitivo. - É necessário a modificação da legislação para diminuir a pressão que o sector privado tem. Principalmente foram levantadas as necessidades de i) eliminar as licencias simples (evolução para concessões) e ii) eliminar a duplicidade das taxas. - Necessidade de aumentar a competitividade com uma melhora da tecnologia empregada na indústria de transformação da madeira através da i) capacitação do sector a nível de formação (centros tecnológicos) ii) aumentar o acesso a mercados alternativos e iii) melhora do processamento e industrialização. - Necessidade de aumentar a supervisão e fiscalização da cadeia de valor da madeira (exploração e comercialização) para diminuir a actividade ilegal e por tanto as perdas de receitas derivadas da actividade ilegais derivados da falta de fiscais e os médios dos que dispõem, além de outros problemas como a corrupção. - Necessidade de concertação entre todos os intervenientes do sector (ministérios, sector privado) para contribuir com propostas e acções para a melhora do sector florestal de Moçambique.

Os intervenientes do sector florestal concordaram com os seguintes pontos ao final do projecto FLEGT:

INDUSTRIA:

Identificação de problemas

- Problema de falta de capacidades do pessoal que trabalha no sector madeireiro para a exportação
- Necessidade de Melhorar o produto final
- Falta de compreensão dos processos de certificação

Possíveis Soluções

- Identificação de projectos para fortalecer o sector privado e melhorar o producto nacional para minimizar as importações e uso de materialões alternativos (não madeira).
 - Necessidade de apoiar a indústria florestal em termos de aproveitamento florestal de producto alternativos não utilizados na actualidade.
- Elaborar e desenvolver projectos para aumentar a capacitação do pessoal que trabalha no sector florestal (marceiros) em termos de exportação (para aumentar as exportações)
- Necessidade de compreender o processo de certificação, com apoio concreto em termos administrativos para realizar o processo e conseguir a certificação.
- Necessidade de identificar um interlocutor válido com o governo, que poderia ser a AMOMA a través de processos de fortalecimento, juntando a outros operadores.
- Necessidade de apoio económico (subsídios) procedente de organismos internacionais e nacionais (banco mundial...)

GOVERNAMENTAL

Identificação de problemas:

- Falta de resposta governamental face os problemas dos operadores da madeira apresentados pela AMOMA e outras instituições.
- Falta de incentivos por parte do governo para a licitação de productos madeireiros a nível nacional.
 - As condições actuais de licitação não se adequam- com as necessidades dos madeireiros (espécies de qualidade muito superior para productos de gama média)
 - Não existe padronização dos productos madeireiros para licitações de compra internas
- Necessidade de modificar a legislação em alguns aspectos:
 - Exemplo: os produtos em bruto não tem impostos e os produtos transformados tem impostos.
- Falta de fiscalização:
 - Se exporta mais daquilo que é declarado (quantidade)
 - Declaração de licenças muito menores que a exploração realizada.
 - Má governação do sector florestal, fundamentalmente dos serviços governamentais
 - Importação muito elevada de productos transformados

Identificação de soluções

- Moratória da exportação de madeira
 - Banir a exportação da madeira serrada: aumentar a conservação das áreas florestais.
- Maior intercambio de informação do governo com um interlocutor válido: AMOMA (fortalecida)
- Incentivar o mercado nacional: estabelecer padrões de mobiliário e de construção para melhorar a qualidade
- Necessidade do aumento da fiscalização e do desenvolvimento de ferramentas seguras, não susceptíveis de corrupção, a todos os níveis: alfandegas, mas também outros postos intermédios (MITADER)

NOTA: Cumprimento da legislação interna previamente à certificação florestal internacional.

RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS

Identificação de problemas:

- Problemas de comunicação com as comunidades
- Problema na relação com os líderes tradicionais
- Existe um mercado ilegal de madeira favorecida pelas condições das comunidades, que vendem

Identificação de soluções

- Necessidade de trabalhar com os líderes comunitários.